

REBELIÕES DO PCC EM ‘TEMPO REAL’: ENTRE A PRECISÃO E A DÚVIDA

PCC’ REBELLIONS IN “REAL TIME”: BETWEEN THE DOUBT AND THE PRECISION

Tháísa Bueno¹

Resumo: A proposta desta pesquisa é estudar a produção do jornalismo on line nos chamados sites de notícia diários e discutir o conceito de notícia nestes veículos, tendo como base metodológica a semiótica de Greimas. A pesquisa analisa os aspectos do jornalismo na web tendo como base o estudo da cobertura sobre as Rebeliões provocadas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2006, no site Campo Grande News, o mais antigo neste suporte em Mato Grosso do Sul e o único 24 horas no ar.

Palavras-chave: Jornalismo *on line*, semiótica, tempo real.

Abstract: The proposal of this research is to study the production of the journalism on line in the news daily sites and talk about the concept of the news in these vehicles, having as a methodological base the Greimas’ semiotics. The research analyzes the aspects of the journalism in the websites having as a base the study of the covering on the Rebellions provoked by the PCC (First Command of the Capital) on 13th, 14th and 15th of May of 2006, at the site Campo Grande News, the oldest in this support in Mato Grosso do Sul and only one a.m. p.m. in the air.

Key words: Journalism *on line*, semiotics, *real time*.

A cobertura *on line* do site **Campo Grande News** (www.campograndenews.com.br) referente às rebeliões promovidas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2006 e acompanhada minuto a minuto pelo veículo na *Internet*, apresenta-se com um “modelo” para uma série de reflexões sobre a influência do tempo e sua construção de sentido numa mídia que quer ser atual numa fração de segundos que simule o “tempo real”. A facção criminosa nascida nos presídios de São Paulo, com fortes ramificações em Mato Grosso do Sul, organizou motins em quatro presídios do Estado, além de Campo Grande, também atingiu Três Lagoas, Dourados e Corumbá.

¹ Tháísa Bueno é jornalista e mestre em Lingüística e Semiótica pelo programa de Mestrado em Letras da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) em Três Lagoas. Atua como professora na Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal) e Faculdade Estácio de Sá, ambas em Campo Grande-MS. E-mail: thaisabu@gmail.com.

O estudo será apresentado em camadas, como propõe o simulacro metodológico de Greimas, o Percurso Gerativo de Sentido. A apresentação dos fatos, nota a nota, é analisada no conjunto da cobertura. A opção representa uma maneira de captar o sentido integral do discurso do **CGNews** sobre o ocorrido, uma vez que numa mídia *on line* o discurso vai sendo construído em partes, na fragmentação das informações. No somatório dos três dias que compõem a cobertura, o **CGNews** publicou 108 notas sobre o tema, sendo 6 no dia 13 de maio, quando apenas especulava-se sobre a ação; 52 no dia da ação propriamente dita, 14 de maio; e 50 no dia seguinte, quando a polícia conseguiu controlar a rebelião. O assunto recebeu atenção de aproximadamente 95% do jornal no dia.

Nível Discursivo

Estudar o Nível Discursivo na semiótica greimasiana é levar a análise para a etapa mais concreta e enriquecida das camadas do Percurso Gerativo de Sentido. O conceito de “concreto”, nesta situação, pode ser mais bem entendido à medida que o analista percebe evidências materiais no texto que o levam a alcançar o efeito buscado na produção de uma enunciação qualquer. Essa materialidade pode ser encontrada nos estudos do Tempo, Espaço e Pessoa da enunciação.

A escolha desses recursos não é vista pelo semioticista como uma ação espontânea, mas com uma intenção do enunciador. Sendo assim, vale saber que no dia anterior à ação, 13 de maio de 2006, quem acessou o **CGNews** ficou sabendo, logo pela manhã, às 8h20, que em São Paulo uma série de rebeliões matou policiais, inclusive à paisana – **Em SP, ataques a carros e bases da PM matam 14 policiais**. A nota não trazia nenhuma indicação que ação semelhante poder-se-ia repetir em Mato Grosso do Sul, mas já representava uma mudança significativa na postura do jornal, que não costuma publicar notícias de cunho nacional. Quatro horas depois, mais com enfoque nacional entra no espaço virtual do *site*: **PCC mata policiais e promove rebeliões em SP (12h17)**. A matéria é uma complementação da anterior, com apuração de dados atualizados, mesmo assim continua sem referência a Mato Grosso do Sul. Uma hora e vinte e cinco minutos depois as notas justificam-se. O jornal coloca no ar o seguinte título: **Agepen reforça segurança nos presídios do Estado**. No resto do dia mais três matérias tratavam do assunto.

No dia seguinte, quando a movimentação iniciou, as ações nesses presídios chegaram ao conhecimento do leitor do **CGNews** às 11h40, com o título **Presídio de Segurança Máxima enfrenta rebelião**. Como o *site* vinha acompanhando o noticiário nacional desde o dia anterior, o leitor que naquela manhã não tivesse navegado em outras páginas, saberia que ações semelhantes aconteciam, antes, em São Paulo.

Em jornalismo e, particularmente, nos ditos meios rápidos, como o Rádio, a TV e as publicações *on line*, o tempo de divulgação é que orienta o trabalho nas Redações, ou seja, é preciso noticiar antes, ser o primeiro. Dar uma notícia de primeira mão para qualquer veículo midiático é ser sancionado não apenas com a reputação de eficiente, mas de mais eficiente que os outros. Numa mídia “em tempo real”, o recorte tempo/espço para o entendimento do que seria um “furo” jornalístico é medido em questão de minutos. Assim, noticiar antes, ainda que seja uma diferença de dois ou três minutos, representa que os outros jornais estão atrasados e, portanto, são menos competentes. Por esse conceito, fica evidente porque as notícias de apresentação do jornal trouxe o “agora há pouco”, um recurso que não dá a noção clara de quando começou, mas cria um efeito de sentido, tanto para o jornal que noticiou antes, quanto àquele que estava “atrasado”, a sensação de que o momento em que acontece está em reciprocidade com o momento da cobertura e, inclusive, da inserção da nota, ou seja, uma presentificação² em que o Momento do Acontecimento (MA) é concomitante com o Momento da Enunciação (ME) e igualmente simultâneo ao Momento de Referência (MR), sendo assim representado: MA=MR=ME.

Outro recurso lingüístico que garantiu efeito de atualidade na cobertura ficou evidente na escolha dos Tempos e Modos verbais nos títulos das notícias. No montante de matérias inseridas nos três dias que compõem a cobertura, das 108 inserções deste tema, os títulos apontaram 3 usos do Passado Simples; 2 casos de Pretérito Imperfeito; e 5 usos do Futuro do Pretérito. Já o Presente, por tratar-se de uma cobertura tida como em “tempo real”, aparece nas 93 outras matérias. Vale acrescentar que para todas as construções das frases foi usado o Modo Indicativo, que representa, na enunciação jornalística, uma asserção franca. Além da sensação de estar dizendo alguma coisa “certa” e, portanto,

² Presentificação é um termo proposto neste artigo para explicitar os recursos de ordem temporal que o jornal *on line* usa para criar essa sensação de um presente durativo, longo. O termo não está catalogado no Dicionário de Semiótica de Greimas e Courtés e foi escolhido porque substitui com eficácia o sentido ordinário de “Atualização” e evita equívocos teóricos, uma vez que “Atualizar” integra a metalinguagem da teoria greimasiana no que tange as modalizações do sujeito.

“verídica”, que o jornal consegue com essa primeira escolha, mostrar-se imediato, por isso a busca maior pelo Tempo Presente.

Segundo Fiorin (2005c), para haver o presente: “Deve haver [...] uma tripla coincidência: MA=MR=ME” (p.149). Essa sensação de presente é uma abstração. Com o balanço numérico desta cobertura fica claro que o jornal busca essa coincidência, por isso faz uso, principalmente nas coberturas de acontecimento que não são pré-agendadas e se desenrolam durante o processo de apuração, do Presente Simples.

No dia-a-dia essa escolha disputa espaço com outros Tempos de futuro, ou, ainda, com construções de presente que favoreçam uma sensação de fatos que estão por vir. Um exemplo disso é a nota do dia 15 de maio – **Negociação com presos deve ser retomada às 8h na Capital (5h48)**. Ao substituir o verbo “será” (Futuro do Presente) por “deve ser” o jornal usa efeito de futuro, ainda que o verbo esteja no presente. A substituição assegura a noção de futuro, mas cria ao mesmo tempo uma proximidade com o “agora”. O sentido fica ainda mais perto se substituído pelo composto “vai ser”.

Na cobertura em questão o Presente Simples predominou porque, além de ser coerente com a proposta de agilidade do jornal, que se apresenta como um observador e divulgador do que acontece “agora”, pertence ao sistema Enunciativo, que concede um caráter de proximidade entre o fato narrado e o enunciatário, ainda que as notas sejam construídas, como um todo, no sistema Enuncivo (espaço do *lá*, pessoa do *ele*).

Para alcançar esse sentido de “presentificação”, ou seja, extensão do agora pelo maior instante possível – pelo menos até a inserção da nota seguinte ou até que o concorrente apure o mesmo fato – o jornal *on line* busca o uso constante desse Tempo, que neste caso pode ser percebido na subclassificação proposta por Fiorin (2005c) de Presente Durativo, quando o Momento de Referência apresenta-se mais longo que o Momento da Enunciação. Por exemplo, na nota **Rebelião continua em Três Lagoas; não há negociação – 15/05/2006 (01h34)** o Momento de Referência é a Rebelião, que o leitor do *site* vem acompanhando desde o dia 13, e apresenta-se mais longo que o Momento da Enunciação, embora em algum momento fique simultâneo a ele. Ao dar ênfase a este Tempo, o jornal quis mostrar-se atual e aproximar o leitor do fato, como se tivesse observando de perto. Ainda que não usando o tempo Futuro, neste caso, o Presente, pela própria organização da frase que usa verbo “continuar”, cria um efeito de expectativa.

Em outras duas inserções do dia 13 de maio – **PCC mata policiais e promove rebeliões em São Paulo (12h17); e PCC já matou pelo menos 32 pessoas em 24h em SP (21h50)** – é possível visualizar dois efeitos distintos nas propostas do jornal e entender com mais clareza as escolhas temporais e seus efeitos. No primeiro título o jornal começa com a opção analisada acima, de um presente que se mostra ser o “agora” do enunciador e também do enunciatário. Já no segundo caso é de uso pouco comum, o Pretérito Simples do Indicativo. O modo repete a condição modal de convicção e agrega pelo Tempo as condições perfectivas mostrando-se um fato conclusivo. “[...] o pretérito perfeito simples acumula em português duas funções: anterioridade em relação a um momento referência presente e concomitância em relação a um momento de referência pretérito” (FIORIN, 2005c: 153).

Nesta escolha ele se apresenta em concordância com o que havia apurado anteriormente. Não dá sensação de passado, mas, ao colocar a extensão “24 horas”, traduz um sentido de continuidade, particularmente se substituir a expressão por “desde ontem”. Neste caso em especial, apresenta-se como o que Fiorin (2005c) chama de Pretérito Perfeito 1, que mostra uma anterioridade em relação ao Momento de Referência Pretérito e, neste caso, tem efeito de uma ação em continuidade.

Outro exemplo de escolha de tempo marcado pela Concomitância com o Momento de Referência Pretérito foi o uso do verbo no Pretérito Imperfeito na abertura da nota do dia 14 de maio – **Grávida que era refém foi liberada em Dourados (14h10)** –, que mescla os dois tempos pretéritos. O Imperfeito representa um aspecto não acabado e procura descrever uma ação, com um sentido de estaticidade.

Evidentemente, o semantismo do verbo ou o contexto podem conter a idéia de duração [...]. No entanto, o pretérito perfeito apenas ‘cita’ essa duração, não a ‘descreve’, como faria o imperfeito. Este ‘estende’ a menor duração; aquele ‘resume’ os mais longos períodos (FIORIN, *apud* BAYLON e FABRE, 2005: 157).

Enquanto a escolha do “foi” representa uma certeza do jornal, o “era” dramatiza a história, já que se parece estender no tempo. Por essa extensão também conserva o estímulo da presentificação. Por fim, a cobertura trouxe também o Futuro do Pretérito, que trabalha com a relação de Posteridade do Momento do Acontecimento com relação ao Momento de Referência Pretérito. Este tempo trabalha com o caráter de antecipação

imaginária. Se o Futuro do Presente, por exemplo, configura uma expectativa, aquele tempo tem um valor hipotético, sem um alicerce que embase com segurança a suposição. Quando escreve no dia 14 de maio, **Motim teria sido orientado por detentos de São Paulo (13h41)**, o verbo “teria” isenta o jornal de assumir o discurso, mas também não assegura ser essa uma informação precisa do entrevistado, ou seja, trata-se de uma afirmativa com conotação de incerteza, mais evidente a medida que o jornal relega a uma terceira fonte – não o jornal e não o entrevistado – à origem da informação. Para evitar isso, bastaria substituir “Teria Orientado” por “Foi Orientado”. Esta última forma ofereceu-se ao *internauta* como um fato incontestável, pelo menos no âmbito do discurso; diferente do primeiro, que corrobora o cepticismo do enunciador sobre ser esta uma certeza.

Efeito de realidade

Outra estratégia evidenciada no Nível Discursivo, típica da linguagem jornalística, é a busca pelo efeito de realidade. Isso é alcançado no discurso, primeiramente pelo compartilhamento de simulacros entre enunciador e enunciatário, e pelas marcas de veridicção: tempo e espaço demarcados, uso de fotografias, emprego do discurso direto, entre outras. Não se trata da realidade em si, mas do modo como o discurso é construído para mostrar pessoas reais, num tempo e num espaço que o leitor entende como partilhadas no mundo físico e, portanto, que “existem efetivamente”.

Das 108 notas inseridas no **CGNews** com o assunto da Rebelião, todas tinham a ancoragem temporal à frente do título. Ao confirmar o horário de inserção, além de sustentar sua atualização e quando possível também o fato de ser o primeiro a publicar e “saber” do acontecido, o jornal sacramenta a realidade. Por ter o tempo cronológico como referência, parece dizer algo incontestável.

Ainda tratando dos recursos lingüísticos que vão apoiar o dito jornalístico na “realidade exterior” está a escolha das fontes, ou seja, pessoas, órgãos ou entidades que repassam as informações que darão origem às matérias de qualquer veículo. “Se são reais as personagens, os locais e os momentos em que os fatos ocorrem, torna-se verdadeiro todo o texto que a eles se refere”, (BARROS, 2005: 60). Em geral as matérias de jornalismo não se originam da observação direta dos jornalistas; na maior parte das vezes essas informações chegam aos repórteres por pessoas de outras áreas, que testemunham ou integram esses

acontecimentos. Como bem lembra Scalzo: “Jornalista não é quem sabe, mas quem conhece quem sabe” (2003: 76).

Lage (2003) categoriza as fontes que dão origem às notícias em três naturezas: Oficiais, mantidas pelo Estado ou Instituições; Oficiosas reconhecidamente ligadas a estas entidades oficiais, mas não autorizadas a responder por elas; e Independentes, pessoas cujos depoimentos estão desvinculados dos interesses do Estado. Proponho a criação de uma terceira categoria, a das fontes Generalizantes, que seria uma ramificação das Independentes, mas não identificadas por nome e sobrenome e, sim, tomadas como um todo coletivo, como familiares, parentes e outros conceitos genéricos. Numa cobertura movida pela rapidez, a apuração de várias fontes representa um gasto de tempo maior. Talvez por isso a fonte primeira das notas que compõe essa reportagem tenha priorizado a observação direta do jornalista; o balanço da própria cobertura, com matérias complementares que reuniu, de tempos em tempos, as informações anteriormente publicadas; e a reprodução de notas de outros jornais da *web*. Se somadas as notas com essas características, isso representa 57,7% da cobertura, aproximadamente 60 matérias. Outros 14% ficaram com fontes Generalizantes.

Uma fonte Oficiosa ou Generalizante não assegura, do ponto de vista da construção de enunciados, a “realidade” do texto porque não pode ser materializada. Se o enunciatário não consegue identificar os interlocutores da ação, o texto compromete sua capacidade de parecer real. Não cabe aqui discutir se as fontes Oficiais ou Independentes falam ou não a verdade, mas ao assumirem o dito, o enunciatário sabe quem são, identifica-as como existentes no mundo real e garante ao jornalismo seu efeito de tradutor da realidade.

Mais que escolher fontes que acrescentem um sentido de confiabilidade, para manter o efeito de realidade o texto deve fazer uso das declarações textuais. Em semiótica esse recurso é chamado de *debreagem interna*.

Na sintaxe do discurso, os efeitos de realidade decorrem, em geral, da *debreagem interna*. Quando, no interior do texto, cede-se a palavra aos interlocutores, em discurso direto, e constrói-se uma cena que serve de referente ao texto, cria-se uma ilusão de situação ‘real’ de diálogo (BARROS, 2005a, p. 59).

A idéia de que o as citações conferem efeito de realidade ao texto não é uma concepção exclusiva das teorias do discurso. O próprio jornalismo aceita o conceito como uma estratégia, ainda que com bases teóricas diferentes. Uma confirmação disso é o artigo “Aspas e Respeito”, assinado pelo ombudsman da *Folha de São Paulo*, na coluna de 23 de dezembro de 2001. Conforme escreveu:

Citações são a alma da boa reportagem. [...] Humanizam o texto. Conferem-lhe autenticidade. [...] Quanto mais êxito obtiver aí, mais completo e atraente estará o texto. Essas regras, básicas, se tornam ainda mais importantes em textos produzidos em momentos ou locais de tensão, de crise, em situações desfavoráveis (AJZENBERG, 2001).

Trazendo esta discussão para o *corpus* deste estudo, as notas na sua maioria não fizeram uso desse recurso que garante o efeito de realidade, ou seja, deixaram a voz apenas para o narrador, que descreveu os acontecimentos. No somatório da cobertura apenas 9% das matérias usaram citação, ou seja, 9, das 108 inseridas.

Imagens e o estigma da verossimilhança

Além dos demarcadores lingüísticos, outro recurso que delega ao texto um efeito realista é o uso de fotografias. Ainda que hoje as discussões sobre recursos de manipulação ou a influência do homem na produção da imagem fotográfica tenha afastado o olhar da sociedade contemporânea da certeza da representação da realidade, fotografia mantém consigo a marca da mimese e apresenta-se como uma prova da verdade do dito, pelo menos no jornalismo.

Nessa história de quase duzentos anos, podemos dizer que os mitos da especularidade, ao invés de se dissiparem, se perpetuaram, tornando-se oficiais e presentes no nosso dia-a-dia. Não são poucas as estruturas de poder, incluindo entre elas, os meios de comunicação, que se valem das fotografias, ou instrumentos dela derivados, como ferramentas discursivas, afirmativas de enunciados quase nem sempre relacionados à questão fotográfica, mas com afirmações morais, legais e estéticas. Usada como prova documental de um fato, como elemento de controle social (ai daquele que não se parecer com a foto de identificação) a fotografia, desde o seu nascimento, esteve associada aos valores de uma sociedade que insiste em ver o instrumento fotográfico e suas ramificações (cinema, TV) como verdadeiros símile da realidade. (BUENO, 2006, p. 01)

Para a Semiótica francesa, as fotografias são um texto, portanto, passíveis de aplicação de todas as estratégias enunciativas e narrativas que integram uma análise textual. Neste sentido, semioticamente essas “provas” físicas que a fotografia fornece de um passado existente, nada mais são do que uma estratégia de manipulação de seu enunciador para orientar a interpretação do conjunto sincrético em que ela está inserida. Some-se a isso o fato da fotografia ser, também, uma interpretação ótica, estética, social e emocional.

Na verdade, um aprofundamento neste estudo ultrapassaria os limites deste artigo. Essa pequena avaliação do papel da fotografia na vida em sociedade serve para mostrar que a imagem, como um texto cultural, construído com determinados objetivos, é mais um recurso de confirmação da realidade, isso porque o foto-jornalismo procura reproduzir suas imagens no plano ótico do realismo, com recortes e iluminação que são reconhecidos pelo leitor como os da realidade. No caso das Rebeliões provocadas pelo PCC, seriam mulheres e crianças saindo da porta da penitenciária, ao serem libertadas; policiais uniformizados, imagens diurnas, já que a rebelião acontece de dia, entre outros. Informações visuais assim, serviriam para confirmar o dito, garantir a realidade do fato e trazer novos detalhes à reportagem. No entanto, o **CGNews** inseriu fotografias em apenas 29 notas, ou seja, 27% da sua cobertura contou com o recurso imagético. Numa cobertura descritiva, a fotografia seria mais um argumento de realidade, já que esta foi comprometida na escolha das fontes e no limitado uso de citações.

Nível Narrativo

O Nível Narrativo ocupa, no Percurso Gerativo de Sentido, um ponto intermediário entre o Nível Fundamental e o Discursivo e pode ser entendido em duas etapas, a Sintaxe e a Semântica Narrativa. A primeira é focada numa seqüência de regulamentação e suspensão de contratos entre Destinator e Destinatário; já a segunda, no *fazer* do sujeito e suas mudanças de *estado* na busca de valores dos objetos. Conforme Barros (2005: 16) “a sintaxe narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do *homem* que transforma o mundo”; e a Semântica como (idem: 42) “[...] o momento em que os elementos semânticos são selecionados e relacionados com os sujeitos”.

No caso do jornalismo *on line*, além dos valores típicos da imprensa, de divulgar o que o leitor “tem direito de saber”, ou que o jornal entende por mais importante, agrega-se, em primeiro grau, a possibilidade de saber antes. O sujeito busca, ao acessar a página do *site* na *Internet*, ter acesso ao valor de saber “no momento em que acontece”. Ele não precisa esperar o boletim extraordinário na TV ou no Rádio, também não terá necessidade de aguardar até o dia seguinte para buscar este saber nas bancas de jornais: ele pode saber “agora”.

Para que este desejo realize-se, é preciso mais que *querer* ou *dever* ter acesso a esse valor, é necessário *poder*. E neste momento o jornal assume, enquanto destinador, seu *ethos* de “divulgador ágil da realidade”. O **CGNews** oferece “A Notícia da Terra a um Clique de Você”; e com isso assume a responsabilidade de incluir na sua *home* a notícia regional – representada pelo conceito “da terra”, que compartilha a “terra do jornal”, a “terra do leitor” – em um clique, ou seja, sem burocracia, sem demora, em uma só ação: acessar a página do jornal. Semioticamente o *site* desfruta do *saber-fazer* e do *poder-fazer*. Ele *sabe* encontrar onde estão as notícias que interessam ao leitor, e, principalmente, ele *pode* partilhar esse conhecimento em tempo simultâneo, em que o acontecimento desenrola-se, com o seu *internauta*.

Em se tratando de Nível Narrativo, pertinente atentar para o fato de que para que a transformação aconteça é preciso que o sujeito tenha *competência* para realizar a *performance*. A esta etapa, que relaciona uma seqüência de programas narrativos, chamamos Percurso Narrativo, que inclui o Percurso do Sujeito, o Percurso do Destinador-Manipulador, e o Percurso do Destinador-Julgador. Esses três actantes diferenciam-se basicamente pelas ações que desempenham na narrativa.

As ações do sujeito e do destinador diferenciam-se nitidamente: o sujeito transforma estados, *faz-ser* e simula a ação do *homem* sobre as coisas do mundo; o destinador modifica o sujeito, pela alteração de suas determinações semânticas e modais, e *faz-fazer*, representando, assim, a ação do *homem* sobre o *homem*. (BARROS, 2005, p. 28)^{3*}.

Em semiótica as manipulações do destinador podem ser divididas em quatro categorias: *Sedução*, *Tentação*, *Provocação* e *Intimidação*. Assim, o jornal assume o papel de

³ *Grifos do auto

destinador-manipulador e, ora por *tentação* – se você ler o **CGNews** você vai ficar bem informado mais rapidamente – ora por *intimidação* – se você não ler o **CGNews** você vai ficar desinformado ou informado com atraso – tenta criar um vínculo de fidelização com o seu destinatário. O objeto-valor neste caso é o conhecimento, a possibilidade de ficar bem informado, um valor partilhado e cobrado socialmente. O jornal põe-se à disposição do leitor como uma ferramenta que lhe permite adquirir a competência – *querer e poder fazer* –, ser informado em “tempo real”. No contrato fiduciário acertado, o jornal *on line*, além de oferecer a possibilidade de informar o seu leitor, propõe-se a informar antes. Pressupõe-se neste caso que o destinatário, como sujeito dessa ação, não vai aceitar um contrato em que uma das cláusulas seja especular ou saber depois.

Ainda que em semiótica o fato não agregue o conceito de “realidade”, mas de construção, o discurso, para ser aceito pelo destinatário como eficiente, haverá de ter um efeito de realidade, “parecer” real. Saber depois também está fora das cláusulas, já que o “tempo real” agrega a idéia de que não há duas possibilidades, apenas a que “acontece no momento real”, portanto, a primeira.

No jornalismo na *web*, as notas são curtas e a satisfação por obter esse saber também tem de ser efêmera, para que o leitor continue na página, ou seja, consumindo o jornal, realizando a ação manipulada pelo destinador. Então o sujeito deve querer uma nova informação a cada término de notícia, e o destinador deverá, também, oferecer esse produto. Nesse contexto é possível dizer que a cobertura desenrola-se em dois programas de manipulação. No primeiro, se a *competência*, a *performance* e a *sanção* são atribuídas ao jornal é ele o *sujeito do fazer* e que levará o *sujeito de estado* (*internauta*) à conjunção como o *objeto valor* (notícia). É ele que será sancionado positivamente ou não como um bom jornal pelo *internauta*, que ocupa, assim, o duplo papel actancial de *sujeito de estado* e *destinador julgador*. No segundo programa, o jornal também exerce o papel de *destinador manipulador*, fazendo com que o *sujeito do fazer* (*internauta*) realize a performance de abrir, ele próprio, a página do *site* e, já na condição de *sujeito de estado*, entre em conjunção como *objeto valor* (notícia). Com isso ele é sancionado positivamente: torna-se um sujeito bem informado, sintonizado com seu tempo.

Como os dois esquemas narrativos estão interligados, é importante notar que como no suporte para a *Internet* o espaço para inserção é ilimitado no sentido de quantidade de

publicações, quanto mais notas incluídas, melhor será a sanção – seja da competência do jornal (esquema 1), seja pela satisfação do *internauta* com o conhecimento adquirido (esquema 2). Por outro lado, à medida que o jornal assume esse *saber* e este *poder* noticiar no instante do acontecimento, ele encara outro problema: precisa *saber* e *poder* a todo o momento. Por essa razão esse *saber* não é partilhado continuamente, tem de ser fragmentado. No momento em que o jornal insere uma nota no seu sistema na *web*, um novo saber deve ser disponibilizado em seguida para garantir a permanência do *internauta* na sua página.

O fator gerador da compulsão é a perda rápida do valor do *objeto* adquirido e o querer um novo objeto-valor. Desta forma, seu estado de junção deve ser, sempre, uma alternância de conjunção e disjunção. O leitor nunca ficará relaxado, porque ele sempre precisará, minuto a minuto, de uma novidade, ou seja, ele precisa realizar uma performance: procurar sempre uma nova notícia e manter-se em conjunção com o saber rápido. E o tempo, nesse caso, é o grande recurso que vai organizar essa distribuição, já que é nos minutos que diferenciam uma novidade da outra que o jornal mantém esse estado tenso. “A notícia nem precisa ser disfórica (uma tragédia) para despertar a atenção e produzir curiosidade no público-alvo. O querer-saber, no entanto, parece ser sempre disfórico, por vincular-se a essa falta vivida pelo sujeito” (HERNANDES, 2005: 67).

Na cobertura das rebeliões provocadas pelo PCC esses estados de disforia e euforia foram perceptíveis no montante de notas. Uma média de cinco a sete minutos entre uma notícia e outra, deste mesmo assunto, foram inseridas no *site* diariamente. Isso sem contabilizar as notas de outros assuntos, publicadas nos mesmos dias, que pressupõem intervalos ainda menores.

Se por um lado essa estratégia garantiu o efeito de rapidez ao jornal, e manteve o contrato de oferecer novidades a todo o momento, por outro gerou um problema do ponto de vista da notícia: como a expectativa da cobertura corre mais rápido que os acontecimentos, e o jornal precisa de novas informações para manter-se atualizado, parte das matérias não trouxe informações novas, apenas reafirmações de fatos já noticiados, criando um efeito de sentido de novidade, ainda que, efetivamente, não fossem diferentes dos fatos noticiados anteriormente.

No dia 15 de maio, por exemplo, assim que começaram as movimentações no presídio e a rebelião foi dada como iniciada na Penitenciária de Segurança Máxima de Campo Grande, as três primeiras matérias divulgadas pelo **CGNews** repetiram a mesma notícia, com uma roupagem diferente. Com uma diferença de quinze minutos entre a primeira e a segunda nota, e depois de seis minutos entre a segunda e a terceira, as publicações apenas maquiaram o acontecimento, em alguns casos, inclusive, repetindo o texto na íntegra. Novidades só nas primeiras linhas e, neste caso específico, apenas descrições configuraram como de relevância para manter o *site* atualizado.

Veridicção

A relação entre o destinador e o destinatário não se resume à ação de manipular. Para que a manipulação seja aceita é preciso que o destinatário reconheça o discurso como eficiente e compartilhe dos mesmos valores, ou seja, realize o *fazer interpretativo*. A esta etapa, em que o sujeito vai interpretar a manipulação, a semiótica chamou de Modalização do Ser e que vai, por meio da articulação dos verbos *ser* e *parecer*, delegar as qualidades de *Verdadeiro* (quando o dizer *parece* e *é*); *Mentiroso* (quando o dizer *parece* e *não é*); *Falso* (quando o dizer *não parece* e *não é*); ou *Secreto* (quando o dizer *não parece* e *é*), *ao enunciado*.

Para construir uma interpretação, o destinatário deve supor que o produtor do enunciado respeita certas “regras do jogo”: por exemplo, que o enunciado é “sério”, que foi produzido com a intenção de comunicar algo que diz respeito àquele a quem é dirigido. (MAINGUENEAU, 2005: 31)

Assim, o jornal precisa publicar uma notícia cujo enunciado pareça verdadeiro, coerente dentro do seu contexto, do seu suporte, da sua narrativa. Se o jornal diz que a rebelião está tranqüila e em seguida anuncia um detento decapitado por companheiros de cela, não se questiona a veracidade do dito, mas o seu parecer, que se mostra incoerente.

Para a análise do parecer veridictório foram definidos três temas-chave, que no todo configuram o conjunto temático da cobertura. Essa escolha também levou em consideração que estes foram os assuntos mais tratados durante toda a apuração e constituem o conjunto de notas menos descritivas, que permitem uma avaliação da narrativa e não de um olhar do jornalista sobre a reportagem. Assim, o estudo da

veridicção, que vai permitir conhecer o *fazer-interpretativo* do destinatário vai analisar as matérias que trataram da:

- ligação da rebelião com o PCC, que é apontado como o grande articulador das rebeliões e, portanto, o actante principal;
- existência ou não de mortos, já que este foi o assunto mais discutido no conjunto de notas publicadas; e
- identificação do preso decapitado, uma vez que esta notícia foi a mais impactante, pelo seu caráter emotivo, entre os assuntos noticiados.

A possível ligação entre as rebeliões dos presídios em Mato Grosso do Sul e a facção criminosa paulista começou a ser especulada pelo **CGNews** antes mesmo das movimentações iniciarem. No dia 13 de maio, a primeira nota referente a uma possível ação no Estado – **PM do Estado está em alerta devido represálias do PCC (17h13)** – dizia que a polícia estava em alerta. A informação parecia coerente, à medida que a nota narrava o fato de os policiais visitarem as unidades penais para se certificarem de que tudo estava calmo. A nota seguinte – **Agentes do 7º DP recebem suposta ameaça do PCC (21h44)** – manteve o sentido e narrou detalhes da ação do policiais. A dificuldade em se manter o efeito de sentido de dito verdadeiro aconteceu mesmo no dia seguinte, quando a rebelião iniciou-se. A nota de abertura da revolta – **Presídio de Segurança Máxima enfrenta rebelião (11h40)**- anuncia a ação no presídio e diz que não se sabe se há relação com o PCC. Quinze minutos depois, sem dizer a fonte da informação, o jornal assume que “há informações de que esteja relacionada com a ação do PCC” – **Desespero toma conta de familiares no Segurança Máxima (11h55)**. Passados outros 17 minutos, o jornal contradiz sua própria notícia e reafirma que “ainda não há informações se o motim tem relação com as rebeliões que estão ocorrendo no Estado de São Paulo, atribuídas a facção criminosa PCC”. Já às 12h42 o *site* reafirma, tendo como base uma fonte Oficiosa (um policial/ não identificado), que “a ação é uma extensão dos motins que estão ocorrendo no Estado de São Paulo, atribuídos à facção criminosa PCC”. As notas seguintes, inseridas na página, reafirmavam a relação, mas foi somente às 13h01, com a matéria **Agepem atribui à facção criminosa rebeliões em MS** que a informação foi confirmada, ou seja, 1h46

minutos depois de já ter sido assumida pela primeira vez pelo jornal, e desmentida logo em seguida.

Mortos

Confirmada a ação do PCC, a divulgação do número de mortos durante a rebelião foi o assunto que mais tomou espaço entre a apuração do **CGNews**. Dos títulos publicados, 20 tiveram o número de mortos como enfoque; já, das 108 matérias que completam esta cobertura, 41 fizeram referência ao número de mortos, ou seja, 40% delas trouxeram informações sobre este dado. Com tanta divulgação sobre o assunto, não seria arriscado dizer que esta foi realmente a notícia de maior interesse e a que o jornal assumiu como a mais importante, a que seu leitor não poderia deixar de saber, a todo momento.

Depois de ter divulgado o número de mortos pelo PCC em São Paulo, em todas as notas publicadas no dia 13 de maio, quando a rebelião começou em Mato Grosso do Sul, no dia 14, ainda que não soubesse oficialmente da relação do movimento com a mesma facção, o jornal foi em busca de saber sobre assassinatos também no Estado. Uma hora depois de ter anunciado a rebelião, o *site* já especulava, na nota **Presídio é cercado; há suspeita de reféns no local (12h01)** sobre a possibilidade de um ferido. Como escreveu: “Informações extra-oficiais dão conta de que uma pessoa estaria ferida [...]”. Já às 12h32 esse possível ferido torna-se “mortos”. Na nota inserida neste horário – **Quatro presídios de MS têm rebeliões simultâneas (12h32)** – o jornal assumiu o dito de que “há informações, não confirmadas, de familiares, de que existem mortos em Campo Grande”. Dez minutos depois esses “mortos” de informações não confirmadas de familiares tornaram-se “seis mortos”. Apesar de publicar o número de morte no título – **Rebelião teria provocado 6 mortes, dizem familiares** - e escolhido uma fonte Generalizante, já que não informou o nome e o sobrenome do informante, o redator da matéria não quis dar crédito a sua própria apuração. Isso pode ser confirmado no corpo do texto, quando escreveu: “A rebelião no Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande, que começou por volta das 11h30 de hoje, já teria provocado seis mortes, segundo informações de parentes dos detentos. Eles “teriam” contado à equipe de reportagem que presos teriam ligado de dentro da unidade e informado sobre as mortes”. Nem mesmo a captura da informação o jornal quis assumir, para manter o efeito de verdadeira. Quem fechou a

página do *site* neste momento não ficou sabendo, por exemplo, oito minutos depois, que outros familiares teriam dito que não havia mortos. O jornal recorreu novamente a outra parcela de familiares, todos não identificados, e publicou a nota **Parentes de presos começam a ser liberados da Máxima (12h50)** em que estes negavam a existência de mortos.

Depois de uma espera de aproximadamente uma hora sem saber se havia mortos ou não, o jornal recorre a outra fonte oficiosa, desta vez agentes do Corpo de Bombeiros, não identificados e sem autorização para responder pelo órgão, e divulga quatro mortos: **Bombeiros confirmam quatro mortos em presídio (13h23)**. As notas seguintes foram reafirmando as quatro mortes até às 19h21, quando o jornal dá voz ao comandante do Cigcoe (Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações) da Polícia Militar, e nega a existência de pessoas assassinadas no presídio – **PM diz que não há mortos no presídio de Campo Grande -**, seis horas depois de maciça reafirmação do assassinato de quatro pessoas.

Apesar das informações extra-oficiais parecem, até o momento, pouco confiáveis, já que não se confirmavam conforme números da Polícia Militar, na madrugada do dia 15 de maio, o **CGNews** voltou a entrevistar policiais não autorizados e retomou com o número de mortes, desta vez, de dois internos – **Detento diz que dois internos foram mortos em rebelião (02h05)**. Sem fazer referência ao número de dois mortos, às 5h48 do mesmo dia o jornal publica, ainda sem informação oficial, o nome de um dos mortos. Em **Identificado preso que teria sido morto em rebelião** o jornal continua duvidando da morte, a confirmação é a escolha do verbo “teria” no título, ainda assim divulga o nome do detento possivelmente morto e não lembra que, havia poucos minutos, tinha dito se tratar de dois mortos.

No início da manhã o comandante da PM confirmou para o jornal, conforme nota inserida às 7h30, que “pelo menos três presos morreram”. Às 8h10, outro comandante da Polícia Militar divulga quatro mortes. Na seqüência o jornal voltou a confirmar apenas uma morte, na nota **Raufi acredita em fim de rebeliões até o fim da tarde (11h21)**; e logo em seguida, às 13h30, com informações não oficiais, publica **Na Máxima, mais um detento teria sido decapitado**. A última nota sobre o assunto foi publicada às 20h46 –

Varredura da PM confirma apenas uma morte na Máxima – não citou o fato de o jornal ter oscilado de seis a nenhuma morte, até chegar ao consenso de um só caso oficial.

Enfim, depois de ter anunciado seis mortes no início da cobertura, e uma seqüência de terror que oscilava entre esses valores, o *site* termina a apuração com o dado oficial de um assassinato. A última nota sequer faz referência, para justificar, às notas anteriores.

O terceiro momento escolhido para servir como base para que o sujeito analise, por meio do *fazer-interpretativo*, se a cobertura pareceu verdadeira, foi a identificação do detento decapitado. A escolha justifica-se pela importância da informação parecer real, uma vez que a divulgação de um nome equivocado poderia causar problemas sérios entre possíveis familiares que estivessem acompanhando o desenrolar dos acontecimentos por meio do jornal e comprometer a credibilidade do veículo. Quando, no dia 15 de maio, publicou **Identificado preso que teria sido morto em rebelião (05h48)**, o **CGNews** não tinha certeza da identidade da vítima. Isso se confirma no título, como a construção da frase “teria sido morto”; e reafirmada no corpo do texto quando escreveu: “Fernando Eloi Nascimento seria o preso assassinado pelo internos”. Enfim, ainda que não soubesse o nome, e mesmo já tendo acompanhado os equívocos, que até aquele momento as fontes oficiais vinham concedendo à cobertura em relação ao número de mortos, o jornal divulga o possível nome do rapaz assassinado. Esse nome foi repetido nas notas seguintes que narraram a rebelião, sempre deixando margem para dúvidas. Somente às 10h10, ou seja, quase cinco horas depois de ter especulado, o jornal confirma a informação e o nome do rapaz assassinado na nota **Detentos exibem cabeça de presidiário assassinado**.

Ao término da cobertura, o fato de o jornal contradizer a si mesmo em vários momentos, especular informações não confirmadas, arriscar dados que poderiam ou não ser averiguados, embora tenham conseguido manter um fluxo constante de matérias e parecer em “tempo real”, não conseguiu assegurar o efeito de verdadeiro (que *parece* e *ê*). Do ponto de vista semiótico a cobertura classifica-se como mentirosa (*parece*, mas *não é*). Anunciar o fato que ainda não aconteceu aparentemente é um recurso usado pelo jornalismo em “tempo real” justamente pela necessidade mecânica de dar conta dessa cobertura meteórica. O próprio jornal assumiu, no fim da noite do dia 15, em nota não assinada – **Indústria de Boatos (23h00)** – que a cobertura ficou comprometida. O

comentário, de sete linhas, não criticava a postura do jornal, mas tentava justificar os equívocos.

Nível Fundamental

No Nível Fundamental é onde se encontram as oposições semânticas mínimas e onde fica explícita a fronteira entre pólos contrários dentro da enunciação. “No nível das estruturas fundamentais, ponto de partida da geração do discurso, determina-se o mínimo de sentido a partir de que o discurso se constrói” (BARROS, 2005^a, p.77).

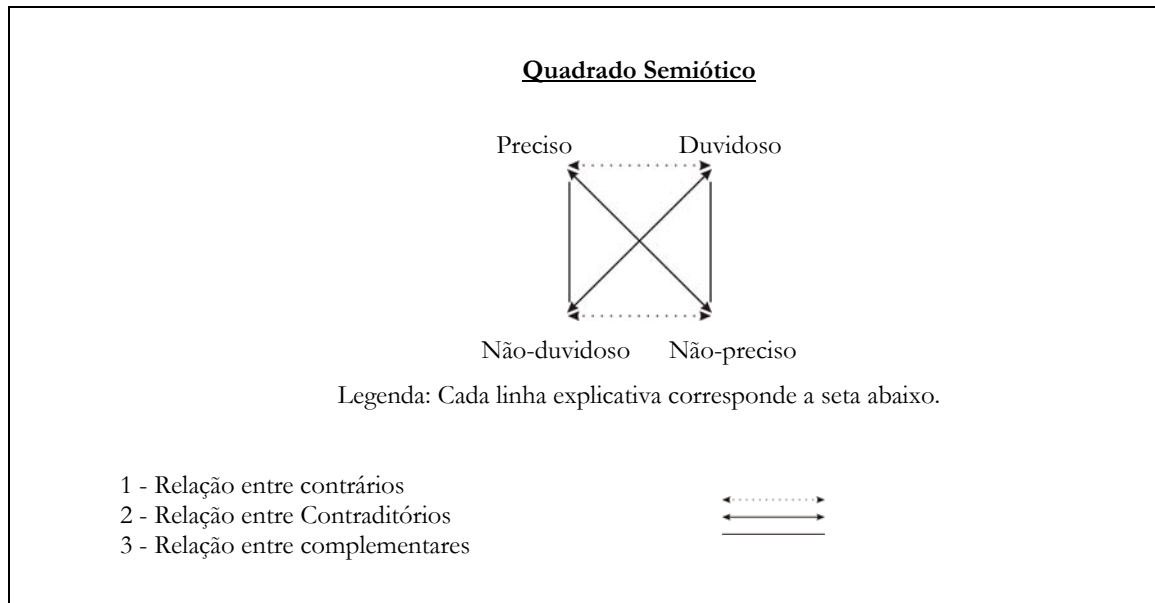
De maneira estrutural, esse nível é melhor visualizado por meio do quadrado semiótico, uma estrutura metodológica que opõe termos contrários e contraditórios. “A representação pelo quadrado das estruturas elementares do texto permite visualizarem-se as relações mínimas que o definem, o denominador comum de cada texto” (idem, p. 78).

No Nível Profundo ficam resumidos todos os conceitos articulados anteriormente nos níveis Discursivo e Narrativo. A figura geométrica do quadrado, proposta por Greimas, prevê a passagem de uma categoria para outra de uma maneira lógica, sendo que nele um termo antes deve ser negado para depois ser afirmado. O modelo, tipicamente estrutural, resiste ainda hoje entre os pesquisadores da área, ainda que novas abordagens, sobretudo a semiótica tensiva, sugiram modelos menos restritivos que este, que resume todo o texto a uma ou mais oposições semânticas.

Para esta análise optou-se por usar o quadrado tradicional, por entender-se que ele mostra com bastante propriedade o resultado da influência do tempo numa produção jornalística. Na cobertura das Rebeliões pelo jornal *on line* **CGNews** é possível dizer que, movido pela aceleração do tempo, acertado no contrato fiduciário, o jornal comprometeu-se a oferecer sempre, rápida e eficientemente, uma notícia “quente”, e usou estratégias de manipulação para dar a impressão de que o leitor teve sempre ao seu alcance novidades. No entanto, a cobertura, ao ser classificada, enquanto efeito de veridicção, como *mentirosa*, não conseguiu cumprir com eficiência a segunda cláusula do acerto fiduciário, o de noticiar, que pressupõe uma coerência na narração.

Nesta narrativa, o jornal euforiza a agilidade, a possibilidade de saber antes, mas também o saber preciso, alicerçado no que entende por notícia, comprovado, inclusive, na nota do próprio jornal, que distancia boato do que assume como notícia. Assim, propõe-se

a oposição Preciso x Duvidoso, que agrega as duas cláusulas do contrato, a agilidade e o parecer real. Seria uma transferência de conceitos visualmente possível de explicar conforme o modelo que segue.



Em diálogo com os níveis anteriores, pode-se dizer que esta oposição ratifica-se, entre outras maneiras, da seguinte forma:

O jornal foi preciso quando ...	O jornal foi duvidoso quando ...
Usou recursos lingüísticos subliminares que garantiram efeito de “tempo real”	Repetiu informações para garantir efeito de real
Usou fontes Oficiais	Usou de forma abusiva fontes Generalistas e Oficiosas
Fez uso de citações que configuraram efeito de realidade ao discurso	Não fez uso de citações e baseou seu discurso apenas na descrição do repórter
Usou fotografias para confirmar a descrição do repórter, garantindo a confiabilidade do dito	Não ilustrou suas reportagens com fotografias
Noticiou antes do concorrente	Quando especulou assuntos dos quais não tinha certeza

Publicou nota criticando boatos	Não publicou errata
---------------------------------	---------------------

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Estudos do discurso**. In: FIORIN, José Luis (org).
Introdução à lingüística II: princípios e análises. São Paulo: Contexto, 2005, p.187-219.
- _____. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 2005a.

- _____. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BUENO, Iury Carlos. **O Gato e a pomba**. Artigo apresentado como trabalho da disciplina de Introdução à Semiótica, no Mestrado em Estudos de Linguagem da UFMS. Campo Grande, 2006.
- DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2004.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. (Org.) **Introdução à lingüística I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2005a.
- _____. (Org.) **Introdução à lingüística II. Princípios e análises**. São Paulo: Contexto, 2005b.
- _____. **As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 2005c.
- _____. **O ethos do enunciador**. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata (org). **Razões e Sensibilidade: a semiótica em foco**. Araraquara (SP): Cultura Acadêmica, 2004, p.117-138.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual de redação da Folha de São Paulo**. Publifolha: São Paulo, 2002.
- GREIMAS, Algirdas ; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- HERNANDES, Newton. **Semiótica dos jornais – análise do Jornal Nacional**, Folha de São Paulo, Jornal da CBNM, Portal UOL, revista Veja. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor, 2005.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

TATTT, Luiz. **Abordagem do texto.** In: FIORIN, José Luis (org). Introdução à Lingüística I: Objetos Teóricos. São Paulo: Contexto, 2005, p.187-207.

Site **Campo Grande News**, disponível em: www.campogrande.com ou www.campograndenews.com.br

Site **Mídia Max News**, disponível em: www.midiamax.com ou www.midiamaxnews.com.br